

Quem falou em pirataria?

Por uma economia da contribuição

EDNEI DE GENARO^[1]

“A verdadeira riqueza é a informação e saber como utilizá-la”.

[BUCKMINSTER FULLER]

Os desejos recônditos dos grandes modeladores

No início de 2012, com as novas investidas do ACTA^[2], tivemos mais um capítulo emblemático em torno da discussão ‘*copyright* e internet’. Isso deixou mais uma vez explícito o jogo político que os grandes modeladores do capitalismo, isto é, os governos de países desenvolvidos e as corporações, vão proporcionar em tempos vindouros. Um jogo que nos faz pressupor um retrocesso; que roda a engrenagem do tempo de volta ao século XX, a fim de estancar a atual situação “porosa” em que os variados agentes sociais (institucionais ou não) se encontram no mundo.

Há uma constatação importante hoje: as esferas da política e da economia estão se modificando. Com as metamorfoses tecno-capitalistas, o estado, a empresa e a sociedade civil modificaram seus papéis e assim nos proporcionaram um novo caráter da exploração capitalista na era *conexcionista*^[3], lugar em que o indivíduo *egoísta* e submetido ao marketing; figura central que movimenta o mundo (BOLTANSKY e CHIAPELLO, 2009; STIEGLER, 2010).

Na ubiquidade crescente das redes digitais, as instâncias do privado e do público não são facilmente separadas e definidas como antes. Poderíamos pensar que diante deste horizonte, as populações apenas caminham para um saldo futuro que só poderia ser negativo: elas tenderiam a um universo crescente de diminuição da *res-publica*, ostentado por formas de vida superficiais, privatistas e consumistas. No entanto, apesar de uma crítica procedente, ela é muitas vezes colocada de uma forma demasiada reducionista, isto é, sem matizar os diferentes fenômenos novos – e, porventura, esperançosos – que surgem no contemporâneo.

Neste ensaio esperamos colocar alguns pontos para alimentar discussões mais aprofundadas a respeito da economia e da política. Para isso, tomaremos como ponto a questão da pirataria e alguns de seus desdobramentos, que nos levará a pensar a economia da contribuição (STIEGLER, 2010b).

Podemos nos perguntar: mas por que exatamente os grandes modeladores estão tão preocupados e reativos com os rumos das formas de propriedade das obras científicas e artísticas? Obviamente, tal preocupação é causada pela simples razão de insegurança e queda do poder e lucros diante do “descontrole” que eles próprios, com suas inovações tecno-capitalistas, foram mentores. No contexto geral das ações contra-pirataria, diversos países – a começar pelos da Europa e os EUA – estão promovendo intervenções que cessem as *porosidades* que deram um pouco de liberdade para os que até então eram “passivos” consumidores. Desde a última década do século passado, com o aparecimento da Internet, instituiu-se uma ambição por parte dos grandes modeladores: a defesa incondicional da forma tradicional de *copyright* e o estabelecimento, por meio de dispositivos de controle, de uma censura hipercibernética global e unilateral. A reativa proposta asseguraria assim os velhos valores que dividem os *produtores* e os

consumidores, perpetuando o modelo de direito de propriedade cultural e científico estruturado no século XIX.

São vários os projetos, e várias as siglas, que passaram ou tramitam em parlamentos e congressos no mundo todo. Não é o caso deste texto entrar em detalhes. Limito-me a indicar os *sites* que dão acesso ao conteúdo destes projetos. Aqueles que se evidenciaram como os mais importantes foram: o HADOPI^[4] francês, o SOPA^[5] e o PIPA^[6] americanos e, por último, o ACTA, que pretende abranger e normatizar a propriedade científica e artística em uma esfera política e econômica global. Sem exceções, todos carregam a expressão reativa de um ordenamento de mundo por via do padrão de *biopoder* contemporâneo – no qual visa “alargar” as liberdades no mesmo instante em que preserva o *controle* dos indivíduos.

Em defesa da cultura?

Da parte dos grandes modeladores, claramente, se evidencia um desagrado com as mudanças atuais da economia política. Tome-se, por exemplo, uma das declarações de N. Sarkozy, no início de 2012, em sua campanha de reeleição presidencial:

A cultura não irá sofrer com a desregulamentação do mundo novo (...). Não queremos por falta total de coragem deixar de aplicar o mesmo modelo do mundo financeiro para a cultura. (...). A diferença entre Mozart e o criador contemporâneo, é o direito autoral. Hoje, os milhares de cliques dos piratas poderiam substituir os caprichos dos príncipes^[7].

As palavras proferidas por quem se qualifica como um “defensor da cultura” são as mesmas que tratam as novas *transindividuações*^[8] digitais como cheias de libertinos sem criatividade e dispostos a pirataria. O saldo dos discursos de Sarkozy não é diferente de outros governantes nos países centrais: tratar a cultura contemporânea como semelhante à máfia do mundo financeiro (tentando controlar a primeira a qualquer preço, até porque não tiveram sucesso ou interesse para com a última).

Do mesmo modo, no momento de ascensão da cultura do compartilhamento, Richard Parsons, o executivo da *Time Warner* (EUA), fez uma declaração célebre:

Este é um momento muito profundo historicamente. Isto não é somente um monte de crianças roubando música. Isto é um assalto a tudo o que constitui a expressão cultural de nossa sociedade. Se nós falharmos em proteger o nosso sistema de proteção intelectual, a cultura vai atrofiar. E as corporações não serão as únicas a serem feridas. Artistas não terão incentivos para criar. No pior dos cenários, o país vai terminar em um tipo de cultura da Idade das Trevas^[9].

O mais lamentável destes discursos é, enfim, a extrema redução da questão, justificando uma repreensão enérgica aos muitos jovens da Internet ‘que estão fora dos bons costumes’ (como um pai que dá rédeas a seus filhos), para assim poder combater a máfia milionária da pirataria, que se aproveita deste mundo “desregulado”^[10].

Os constantes assaltos do *biopoder* atingem as culturas e transformam as populações. O vigoroso legado de Foucault nos acomete fortemente no atual cenário, já que o pensador deixou claro o quanto defender a cultura era, antes de tudo, uma defesa da sociedade – isto

é, da promoção de formas autênticas de subjetividade, no momento em que a política parece ser reduzida exatamente a uma “continuação da guerra” pelo controle do “bem-estar” e gestos dos cidadãos.

Em relação à questão dos compartilhamentos na Internet, um apontamento histórico parece ser interessante. Qualquer um pode facilmente ir ao Wikipedia fazer uma busca sobre o passado para compreender um pouco sobre a gênese deste objeto que hoje chamamos Internet – que criou uma fermentação geral na cultura como um todo^[11]. Ora, o mundo eletroeletrônico, do qual McLuhan teve tanta disposição em pensar, resultou realmente em uma agregação em forma de “aldeia global”, mesmo que isso, infelizmente, não tenha representado automaticamente libertação. Na paranoia apocalíptica da Guerra Fria, surgiu o que podemos chamar de pré-Internet, a ARPAnet^[12] - desenvolvido em universidades norte-americanas, mas sob o comando rigoroso do departamento de defesa norte-americano. O fato seguinte é bastante conhecido, quando os países centrais e, fundamentalmente, os EUA passaram pela onda da economia de *acumulação flexível* (pós-fordismo), as empresas de computação, saídas da fermentação pelas “bordas” deste empreendimento estatal, começaram a deter primazia na reestruturação produtiva da economia. A história das empresas Microsoft e Apple conta muito da história da informatização da sociedade a partir de então. De lá para cá, com o computador pessoal e o desenvolvimento da Internet, os acontecimentos foram intensos. Faz menos de uma década que a empresa de Tim O'Reilly (2004) compreendeu qual era a crista da próxima onda de aceleração tecnológica e criou o termo Web 2.0 para fomentar a transformação da Internet em uma plataforma de redes descentralizadas que facilitam o compartilhamento, criação e mobilização. Com esta nova arquitetura sócio-técnica, os indivíduos foram crescentemente entrando nos espaços onde somente as empresas e estados tinham acesso. A entrada foi pelas “novas mídias”. Uma infinidade de *blogs*, *sites*, redes sociais e de compartilhamento de arquivos apareceram explosivamente.

Produção de mundos

Ora, é neste alargamento das margens de produção de informação e comunicação que o mundo *poroso* pode ser explicado^[13]. Assim, a questão do “alargamento das margens” vem colocando pontos de interrogação àqueles que viam a Internet como apenas um plano mirabolante dos grandes modeladores. A descentralização não vem servindo apenas para o capitalismo fragmentar estratégias e fazer os indivíduos exporem intimidades e serem capturados pelos seus “tempos disponíveis do cérebro”; ora, ela vem servindo também para contribuir na derrubada de ditaduras; construir novas subjetividades fora do *broadcasting* vigente; realizar ocupações políticas de tipos inéditos; causar até mesmo rebeldias instantâneas em metrópoles globais. Uma dupla-articulação entre espaços rêgios e nômades, entre estratificados e desestratificados – como explicaram DELEUZE e GUATTARI (1997) – que estão constantemente em jogo nos ambientes digitais.

Se Sarkozy tem o desejo recôndito de garantir que os dispositivos de controle tenham valor igual ao de confinamento, prescrevendo assim o *valor* da cultura na sociedade civil, nós já podemos compreender bastante a importância de pensar seriamente este “sintoma da pirataria”, sem reduzi-la a uma ideia de economia e política de cunho anacrônico.

Os grandes modeladores estão obviamente seguindo seus interesses particularistas, que reduz a cultura a um economicismo; porém, é bem o contrário que a produção de mundos perfaz: é a tecno-cultura de agenciamentos sócio-técnicos que satisfaz a economia^[14]. A questão dos direitos autorais, das patentes etc. em um mundo em rede, está muito longe de deixar a questão restrita ao caráter monetário. Como iremos argumentar, é o próprio futuro do mundo capitalista, uma vez que nossa questão é pensar a formação de uma *economia da contribuição*.

A tarefa produtiva, antes de tudo, é pensar os novos contextos e noções que podem nos levar aos melhores esclarecimentos e politizações.

A cultura é cada vez mais uma tecno-cultura, isto é, cheia de cognições e agenciamentos envolvendo humanos e máquinas. Quando Sarkozy pensa a cultura, ele a associa diretamente à ideia de *administração econômica*, esta é uma forma de pensar muito habitual e miserável de nossos políticos contemporâneos. Aqui se apaga, sobretudo, a ideia de que o capitalismo, mesmo sendo hegemônico, é apenas uma forma entre outras de organização dos mercados. F. Braudel e M. Mauss, no século XX, já tinham evidenciado bem isso.

Latour & Callon (2011), mostram-nos contemporaneamente o quanto o cálculo utilitarista não se aplica exatamente às formas de mobilização de bens e pessoas. Ora, os mercados são sempre inacabados e formados por interconexões, agremiações e coordenações de diversas redes. Há agentes e fenômenos que constituem *externalidades* que são de suma importância para a definição das *internalidades* do cálculo utilitarista que tanto prezam os economistas e políticos. O essencial a entender é que o capitalismo não é simplesmente um *modo de produção*, mas uma *produção de mundos* (LAZZARATO, 2006). Não por menos, o que viemos a chamar de *marketing* tornou-se a principal ferramenta para administrar a exploração na era conexcionista. O marketing quer, de alguma forma, sublimar a energia libidinal. Ele assenta continuamente a fabricação, afetação e captura dos indivíduos em um *mundo* que arregimenta os espaços e tempos do consumo, informação, trabalho, lazer. A *exploração* é *a posteriori* a esta arregimentação. O proletário não é, portanto, mais algo que se define por questão de “classe social”, mas pela incapacidade do indivíduo sair da *captura* que o leva à passividade nas construções e socializações dos *desejos* e, tão logo, de sua *des-individualização* (SAFATLE, 2008; STIEGLER, 2010a).

Qual é mesmo a questão?

Inunda-se hoje de discursos que formulam a questão: é “crime” – ou “pecado” – compartilhar arquivos com *copyright* na Internet? É fácil descobrir que esta pergunta fica aquém de tudo o que verdadeiramente deveríamos discutir. Ela esconde o real problema. Em primeiro lugar, falar em “pirataria” não é falar de algo policial, mas sim social.

Se é uma questão social, do mesmo modo, é evidentemente uma questão política. A cena midiática no início de 2012 entre o governo americano e a empresa de compartilhamento de arquivos *Megaupload* dizia respeito apenas a uma disputa “interna” dos grandes modeladores. Contudo, assim que a *Megaupload* saiu do ar, por ordem da justiça americana, foram divulgadas as estatísticas sobre os seus frequentadores. Observou-se que a França e o Brasil eram seus dois maiores utilizadores^[15]; isto é, o país rico conhecido como de maior valorização da cultura letrada do mundo e o país pobre, ou “emergente”, que vem sendo notado como aquele que possui a mais movimentada “vida virtual” do mundo. O interessante do dado era que o quesito “econômico” não poderia explicar facilmente a questão por parte dos *usuários*.

A questão sem dúvida está na preocupação com os prejuízos das corporações que controlam as indústrias culturais. Pouco interessa aos grandes modeladores pensar no novo problema de como os artistas podem ter também seus rendimentos sem necessitar das formas antigas do direito autoral e das corporações. Contudo, a história da humanidade sempre foi ingrata com os que fazem arte. Desde o fim do século XIX, quando ocorreu a instituição do *copyright*, as corporações e os impostos dos governos, logo, notoriamente, abocanharam o maior filão dos lucros^[16].

A discussão sobre a “pirataria” tem um saldo bastante positivo. Ela está sendo propícia à construção de novas formulações sobre as mutações no capitalismo contemporâneo devido

às novas tecnologias. Jacques Attali, pensador e economista francês, entende, por exemplo, que a economia se abriria a um novo horizonte com a permissão indiscriminada do *download* e a implantação de uma forma de pagamento que ele chama de “licença global”^[17]. Este autor faz parte daqueles que veem a questão da pirataria para além de uma simples assertiva negativa ao próprio capitalismo. Ao contrário, quando se levanta os dados sobre a movimentação “*peer-to-peer*”, conclui-se muitas vezes como um impacto positivo^[18].

Cabe aqui, enfim, mais uma consideração contra a simples criminalização da pirataria. Cineastas – que pela própria constituição de sua arte, experimentam, desde sempre, uma cultura do compartilhamento – são, por conseguinte, mais reflexivos em relação às questões que envolvem o mundo contemporâneo. Um exemplo disto, no Brasil, está na 14ª Mostra de Cinema de Tiradentes (2011). A “Carta de Tiradentes”, que resultou da reunião política com realizadores, produtores e pesquisadores do cinema neste encontro, manifestava:

É chegada a hora de questionar privilégios cristalizados e de se criar mecanismos de inclusão para que a novidade, a invenção, novos agentes e novas paisagens possam emergir no cenário audiovisual nacional. É hora de pensar a cadeia da produção e consumo cinematográficos em seu conjunto, de entender a rede de relações e a interdependência entre os diversos formatos audiovisuais. Não há como pensar o mercado cinematográfico apostando na falsa contradição entre um cinema dito comercial e outro de vocação autoral. Parte das reconhecidas dificuldades enfrentadas atualmente pela indústria audiovisual brasileira têm sua origem em dicotomias artificiais como essa^[19].

A discussão sobre o tipo de *acesso e interdependências* (e não da propriedade) parece ser crucial nesta época de hiperindustrialização digital^[20]. O impedimento da mudança e flexibilização do *copyright* é uma resolução do jogo político comandado por corporações que desqualifica uma cultura livre e de novas formas de remuneração. Culturas livres, conforme conceitua e critica Lessig (2004, p.74), “são aquelas que deixam uma grande abertura para que outros criem a partir do que há disponível. Culturas sem liberdade, ou de permissão, deixam muito menos. A nossa cultura foi uma cultura livre. Ela está se tornando cada vez menos livre”.

Gramatização digital

Sobretudo, seria preciso pensar os problemas reportados a partir da noção de *gramatização digital*. Se há hoje uma mutação nas formas de organização da economia, isto se deve a uma alteração na gramatização da vida como um todo. A condição da individuação é estabelecida por via de retenções pro-téticas (dos *grammé*, *rastros* ou *traços* da memória), em outras palavras, de retenções tecnológicas. São estas retenções que formam nosso mundo simbólico. O entendimento da gramatização é assim essencial para a crítica política do controle ou liberação dos *acessos e interdependência* no mundo digital.

Conforme apura Stiegler (2010b), para entender o caráter da economia política no contemporâneo, deveríamos compreender os processos de gramatização que são gerados, em cada época, a partir dos objetos técnicos – que são, porventura, objetos temporais, uma vez que participam dos processos de caracterização e discretização^[21] dos comportamentos (gestos e palavras) humanos, no espaço e tempo. De tal modo, a gramatização compõem os processos amplos de transindividuação humana. Sob os ambientes de gramatização, há uma organologia geral – formada por órgãos corporais (cérebro, mão, olho etc.), órgãos artificiais (ferramentas, máquinas, sistemas) e órgãos

sociais (instituições, etnias, famílias) – que colocam os humanos em um estado de trocas de informação e, por conseguinte, de diferenciação.

Ora, falar de individuação humana é falar também de individuação técnica. A técnica é, antes de tudo, uma forma de exteriorização da memória, isto é, uma mnemotécnica (STIEGLER, 1994). Tal pensamento resgata Platão, que reconstituiu as ideias de Sócrates sobre a escrita. A escrita é, em resumo, uma *hypomnemata*, um suporte da memória. Ela representa a “memória morta” no qual autoriza uma extração da “memória viva” (*anamnese*, a “lembrança” ou “reminiscência”):

(...) o que Sócrates descreve em *Fedro*, qual seja, que a exteriorização da memória é uma perda de memória e de saber, é o que experimentamos hoje, no cotidiano, em todos os aspectos de nossa existência e cada vez mais no sentimento de impotência, senão de incapacidade – no momento mesmo em que a extraordinária *potenciamnésica* das redes digitais nos torna igualmente sensíveis à imensidão da memória humana, que parece ter se tornado reativável e acessível, infinitamente (STIEGLER, 2009, p.26).

A técnica é, em essência, um *pharmakon* – sua dimensão no mundo pode instituir tanto uma neguentropia^[22] (que modifica positivamente a individuação humana) como uma entropia (que “paralisa” ou “desordena” a individuação humana); sendo, enfim, tanto um remédio como um veneno. Com a ascensão das diversas e complexas tecnologias digitais de virtualização das relações sociais, tornou-se latente o papel da memória como o elemento fundamental ao desenvolvimento industrial e tecnológico. A política, a economia e a estética não podem ser pensados sem o entendimento desses processos mnemotecnológicos.

Economia da contribuição

O que está em jogo aqui é entender fundamentalmente que nossas cognições e gestos não estão fora da materialidade que nos cerca. Marx, no século XIX, não havia percebido que a memória viva e a memória morta não estão em oposição, mas em processo de *composição* (ou seja, de transindividuações). Revisando esta dimensão oposicional de Marx, a partir do pensamento simondiano, Stiegler dirá que

a individuação é, pois, uma operação de *memorização* psíquica e coletiva onde a transindividuação é a metaestabilização de significações. E, nisto, a transindividuação é o que, através dos indivíduos psíquicos, individua coletivamente horizontes pré-individuais, eles mesmos constituídos e sustentados pelas formas hipomnéticas (STIEGLER, 2012 p.32-33).

A *informação*, no sentido dado por Simondon, tem papel central nas trocas de energia, modulações e percepções entre as formas psíquicas, técnicas e sociais de individuações. Contudo, é a nossa capacidade de trato com as informações, que levará às composições mais positivas ou negativas.

As considerações acima nos permite pensar a economia política em meio a um entendimento da gramatização digital. As tecnologias contemporâneas, como *hypomnematas*, dispõem um *modo de praticar e modular informações* – que constituem o escrever, pesquisar, observar, pintar, filmar; assim como, constituem diretamente práticas econômicas, trocar, comprar, compartilhar etc.

O mundo descentralizado das redes sociais – que levantou a questão da pirataria – é veículo de processos político-econômicos inéditos. Os movimentos não são apenas de

perda da centralidade da produção de informações pelos Estados e corporações, mas também da gestação de uma nova forma de *res-publica* – de publicização da vida pública – a partir da inteligência coletiva. Para Stiegler, o conjunto de externalidades positivas, que tornou possível a “polinização” de informações e transformação em saberes, veio a instituir uma dinâmica de “ecologia industrial do espírito”.

Acima de tudo, identifica-se que a questão político-econômica, importante frente às mnemotécnicas contemporâneas, é entender que a *proletarização* não se qualifica mais essencialmente por uma exploração da relação criada no chão de fábrica, entre “patrão” e “assalariado”, nem por organização infraestrutural que organiza as classes dominantes e dominadas.

Examinar a questão da memória técnica hoje significa reabrir a questão da hypomnese não somente como questão do proletário, mas também como processo de gramatização, no qual o consumidor que agora é lesionado de sua memória e seus saberes pelas indústrias de serviços e seus aparatos. Nós devemos observar como se produz um curto-circuito nos processos de individuação. Examinar a questão da memória técnica hoje significa investigar o estágio de proletarização generalizada induzida pela generalização de tecnologias hypomnésicas (STIEGLER, 2010b, p.35).

De tal maneira, *explorar* significa hoje capturar e mecanizar os indivíduos – no sentido de pré-demarkação dos desejos e, tão logo, das ações dos agentes em redes^[23]. Para Stiegler, por meio da prescrição de dispositivos neuro, bio e sócio-políticos, o capitalismo perfaz uma estratégia organizada para o marketing das corporações. Os controles das formas de movimento emocional e inconsciente determinam uma economia libidinal de des-

individuação e miséria simbólica. Tais controles querem minar hoje as esperanças originadas pelas descentralizações com as tecnologias digitais, onde o *devoir* para um *otium* ^[24](de liberdades e cuidado de si) poderia ser cultivado.

É necessário compreender que nós estamos em um contexto de luta, e mesmo de guerra, uma guerra estética, uma guerra pela conquista e controle dos processos de simbolização. Esta guerra é contra as tecnologias de controle, da sociedade de controle. Mas não visa se opor, mas compor; não visa negar o adversário, nem desenhá-lo como o Mal, nem absoluto, nem radical ou relativo, mas como uma tendência (STIEGLER, 2006, p.89).

Contra a nostalgia da centralidade

Quando as tentativas de controle das formas de acesso são empreendidas, temos, dentro disso, uma guerra simbólica pela centralização do controle das individuações, tal como ocorria no mundo das indústrias culturais no século XX. É uma guerra que tem sem dúvida uma significação anacrônica, na qual levanta bandeiras de censuras, hipercentralidades e controles dos indivíduos nos ambientes sócio-técnicos. Tal questão parece ser de grande valor. A regência de variados discursos contemporâneos que apontam para este anacronismo vem gerando em meios intelectuais e políticos uma “nostalgia da centralidade”, que tem uma consequente dimensão de esvaziamento do aparecimento da política no mundo contemporâneo (MIGLIORIN & GENARO, 2012).

Lessig, em relação ao *copyright*, concluía que “se há uma lição que podemos tirar da história de reconstrução do bom senso, é a de que é preciso reconstituir o modo como muitas pessoas o pensam” (LESSIG, 2004, p.268). Conforme ressaltou Rancière, uma importante mudança no pensar estaria na ordem do dia:

Nós não precisamos transformar espectadores em atores. Nós precisamos é reconhecer que cada espectador já é um ator em sua própria história e que cada ator é, por sua vez, espectador do mesmo tipo de história. Não precisamos transformar o ignorante em instruído ou, por mera vontade de subverter coisas, fazer do aluno ou da pessoa ignorante o mestre dos seus mestres. (RANCIÈRE, 2010, p.118)

Para nós, neste ponto, a questão parece ser: reconhecer e lutar contra o aniquilamento da hypomnematas digitais das populações. A mudança da discussão da criminalização da pirataria para a economia da contribuição é uma das batalhas significativas.

Os indivíduos são hoje detentores de uma *potência* para serem amadores, no sentido de auto-construtores e admiradores do saber, arte, vida; em outras palavras, não se restringindo a simples consumidores. Empreendimentos interessantes nos ambiente digitais vêm contribuindo neste aspecto. Algumas iniciativas atuais, no campo das artes e da computação: o *siteCode Year.com*, iniciado em 2011, que busca fazer com que os usuários da Internet tornem-se também programadores, por meio de lições semanais gratuitas recebidas por *email*; os *softwares*, do artista mineiro Paulo Barcelos, que constituem meios para fazer com que o próprio público construa artes digitais e interações inventivas; o *software* livre *Lignes de Temps*, do grupo de Bernard Stiegler (no Centre Pompidou, na França), que busca ajuda as pessoas a criar e compartilhar suas próprias críticas cinematográficas, a partir de um discretizador temporal do filme.

Os exemplos acima vêm possibilitando transformar o usuário em experimentador e produtor. Contudo, mais interessante ainda vem sendo as iniciativas para a sociedade civil. São vários empreendimentos interessantes: o *site* brasileiro *Catarse.me*, que abre oportunidade para as pessoas apresentarem projetos e angariarem fundos coletivamente

(em sistema *crowdfunding*); o coletivo *Fora do Eixo*, que por meio das redes digitais vem modificando a forma de produção cultural e aumentando as sinergias de grupos dos artistas para fora do sistema centralizado tradicional; o cearense *Tucum.org*, que disponibiliza plataforma para os próprios moradores de áreas turísticas desenvolverem e divulgarem um “turismo sustentável e comunitário”; ou ainda o *site* gaúcho *Portaalegre.cc*, para citar um último, que pioneiramente cria uma plataforma para o porto alegreense “conhecer, debater, inspirar e transformar a própria cidade”.

Hoje vem sendo interessante observar como a interdisciplinaridade e as colaborações organizam crescentemente os agenciamentos sócio-técnicos. O que está se espalhando para todos os grupos sociais é para o mundo artístico cada vez mais a ordem do dia. O artista português Carlos Caires, trabalhando com arte digital, dá-nos uma declaração pertinente ao que vem se instituindo como colaborativo. Reproduzo integralmente sua resposta à pergunta sobre como ele procede para moldar suas “traquitanas”:

No início, quando comecei há cinco ou seis anos atrás, eu desenvolvia tudo sozinho. Tive que aprender a programar, entender os softwares de programação e depois tentei com ajuda do meu orientador, Boussier, encontrar uma tecnologia que fosse possível adaptar aos objetos e que também fosse uma tecnologia modelável no computador. Encontrei um dispositivo usado nas ilhas de edição lineares, que permite fazer esta ligação. É um objeto redondo que permite avançar e recuar no vídeo mais rapidamente e se usa em edição. Como já trabalhava com isso adaptei para os meus objetos. Hoje em dia já formei uma equipe, trabalho com um colega da UCP [Universidade Católica Portuguesa], que é engenheiro e programador, assim quando preciso de coisas mais complexas recorro a ele, que também gosta desta área. Assim formamos uma equipe multidisciplinar para a qual demos o

nome de VOID - em programação a palavra significa um vazio, mas é uma palavra que se utiliza muito em *open fireworks*, em *processing* e também é uma sigla que quer dizer *Video Objects Interactive Devices*, que tem a ver com aquilo que fazemos. Eu penso sempre a questão mais conceitual, mais criativa e depois vejo com o Jorge qual é a melhor forma de trabalhar a programação para fazer a interatividade sem interferir em demasiado nos objetos (MARTINS, 2012, s.p.).

“Ser mídia” como os grandes modeladores

Jello Biafra havia criado um *spoken word* bastante significativo politicamente: “*Don’t hate the media, become the media*”. A proposta para uma economia contributiva caminha precisamente nesta direção da importância de “ser mídia”, no momento em que a gramatização digital inaugura esta potência ao público. Ora, o des-proletarizar é, antes de tudo e decisivamente, poder *trabalhar verdadeiramente seus próprios instrumentos*. Como analisa conjunturalmente Stiegler,

se o capitalismo é um sistema de produção de protensão, no qual o termo da performatividade é muito característico – então quando alguém diz que a bolsa perdeu tantos bilhões de dólares no curso tal e qual crise, isto significa que um poder protético ativo, um poder de ação de protensões (de antecipações), foi perdido pelo sistema de créditos – a economia de contribuição é assim um novo agenciamento econômico (libidinal e político), entre retenções gramatizadas e investimentos de protensões (STIEGLER, 2010b, p.67).

A questão não é, todavia, uma ação pela “destruição” da economia, mas por um verdadeiro pertencimento e edificação dela pelas populações. A proposição de descentralização é uma luta contra o conservadorismo que prega a garantia de filtros culturais e policiais para a sociedade.

Todavia, parece-nos óbvio que as novas armas abertas pela gramatização digital não satisfazem uma conjuntura oposicional e exclusiva da economia da contribuição. Ora, não há dúvida que a questão da descentralização em redes digitais pode ser aproveitada também como uma nova arma a favor dos grandes modeladores – no momento em que, na verdade, podem dispor de artifícios para transformar a descentralização em outro nível de centralização, por meio de controles, marketing e filtros de informações sensíveis para acumulação de capital^[25]. Dantas faz considerações importantes a este respeito:

Com a internet, o capital sequer precisa delimitar contratualmente, recortar, segmentar, a *fração* do trabalho social que cada unidade (ou firma) põe diretamente sob seu comando. A rede está permitindo a qualquer empresa contratar qualquer trabalho individualizado que lhe possa ser útil, não importa onde, não interessa quem. Interessa tão somente o resultado, o material signífico obtido e lhe comunicado. Assim como o consumo pode ser *atomizado*, a produção também. *E, rigorosamente, esta produção não é colaborativa.* (...). É um contra todos (...). A Goldcorp, empresa de mineração, colocou na rede, num ato sem dúvida inusitado, os seus mapas geológicos. E pagou USD 500 mil ao geólogo que, tendo estudado os mapas, indicou-lhe a localização de uma jazida onde, estudos posteriores, revelaram uma reserva no valor de USD 3,4 bilhões. E o valor de mercado da Goldcorp saltou de USD 90 milhões para USD 10 bilhões. (DANTAS, 2012, p.302)

Dantas observa ainda outra problemática pertinente. Apesar de o capitalismo cognitivo contemporâneo ter destinado primazia ao *conhecimento* e *mobilidade* como função da mais-valia, não há como deixar de destacar a inescapável importância da *produção* de mercadorias como definidor do poder das corporações mundiais. Isto desarticula qualquer discurso que venha exagerar a avaliação das mudanças que estão ocorrendo^[26].

Acreditamos que a principal dificuldade hoje é propor novas formas de individuação diante da crise sistemática do modelo industrial consumista (do “*American way of life*”) na conjuntura do capitalismo mundial. Não obstante, frente às novas investidas por parte dos grandes modeladores, tal modelo não mais consegue sobreviver diante do atual capitalismo reticular. As esperanças vêm sendo depositadas na economia da contribuição, que poderia dar chance às populações de criticar e fazer frente à atual sociedade de controle, (in)sustentada por uma “máfia financeira” e por bandeiras anacrônicas de censura, hipercentralização e controle dos indivíduos, tal como a questão da pirataria vem mostrando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, E. Y. *Direitos do autor e direitos conexos*. São Paulo: editora do Brasil, 2002.
- BOLTANSKY, L. e CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRANCO, J. *Réponses a Hadopi: suivi d'un entretien avec Jean-Luc Godard*. Paris: Caprici Editions, 2011.

BURKER, P. e BRIGGS, A. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DANTAS, M. Economia política da informação e comunicação em tempos de internet. In: *Liinc em Revista*, v.8, n.1, março, 2012, Rio de Janeiro, p 283-307.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

LATOUR, B. e CALLON, M. ¡No calcularás! O cómo simetrizar el don y el capital. In: *Revista Athenea Digital*, vol. 11 (1), mar, 2011, p.171-192.

LAZZARATO, M. *As revoluções no capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LESSIG, L. *Free culture*. New York, The Penguin Press, 2004. Disponível em: <http://www.free-culture.cc/freeculture.pdf>.

MARTINS, I. M. Mitos e verdades sobre cinema interativo: o trabalho lúdico de Carlos Caires. In: *Revista Ciberlegenda (Estação Transmídia)*. nº25, 1ºs, 2012. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/ciberlegenda/mitos-e-verdades-sobre-cinema-interativo>.

MIGLIORIN, C. e GENARO, E. A nostalgia da centralidade ou do esvaziamento da política. In: *Revista Alceu*, vol.12, nº24, jan-jun, Rio de Janeiro, 2012, p.151-164.

MIGLIORIN, C. Por um cinema pós-industrial. Notas para um debate. In: *Revista Cinética*. fevereiro, 2011. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cinemaposindustrial.htm>. Acesso: 10/08/2012.

RANCIÈRE, J. O espectador emancipado. In: *Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas*. Vol 1, n.15, Udesc, Florianópolis, out, 2010, p.107-123.

RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: MakronBooks, 2001.

STIEGLER, B., Anamnésia e hipomnésia: Platão, primeiro pensador do proletariado. In: *Revista ARS*, vol.7, nº13, São Paulo Jan./Jun, 2009, p.23-41.

_____. *Die Aufklärung in the Age of Philosophical Engineering*. Conferência apresentada no evento *WWW2012*, 16-20 de abril. Artigo disponível em: <http://www.iri.centrepompidou.fr/wp-content/uploads/2011/02/Stiegler-The-Aufkl%C3%A4rung-x.pdf>. 2012.

_____. De l'économie libidinal à l'écologie de l'esprit. Entretien avec Frédéric Neyrat. In: *Revista Multitudes*, nº24(1), 2006, p.85-95.

_____. *Ce qui fait que la vie vaut la peine d'être vécue: de la pharmacologie*. Paris: Flammarion, 2010a.

_____. *For a new critique of political economy*. Cambridge: Polity Press, 2010b.

_____. *La Technique et le temps. Tome 1: La Faute d'Épiméthée*. Paris: Galilée, 1994.

SAFATLE, V. P. Por uma crítica da economia libidinal. In: *Ide*. São Paulo, v. 46, p. 27-37, 2008.

NOTAS

[1] Doutorando em Comunicação (UFF). Agradeço ao prof. Cezar Migliorin e a Alex Ribeiro pelas indicações e leituras críticas de meu texto. E-mail: ednei.genaro@yahoo.com.br

[2] O “Acordo Comercial Anticontrafação” (ACTA, em inglês, Anti-Counterfeiting Trade Agreement). Ver em: http://en.wikipedia.org/wiki/Anti-Counterfeiting_Trade_Agreement

[3] Os autores BOLTANSKY e CHIAPELLO (2009, p.326) realizaram um grande e indispensável estudo para compreender a mutação da forma de exploração no capitalismo contemporâneo. Uma nova hipótese foi avaliada a partir da “a ideia de que a noção de exclusão é pertinente sobretudo em referência a uma forma de exploração que se desenvolve num mundo conexionalista, ou seja, num mundo no qual a realização do lucro passa por atividades em rede”. Para eles, a ‘imobilidade de uns é necessária à mobilidade de outros’, uma vez que isto representa o diferencial em um mundo no qual o maior valor está em assegurar – o melhor possível – a captação, uso e controle das informações produzidas no tempo e espaço.

[4] Disponível em: <http://hadopi.fr/>

[5] Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Stop_Online_Piracy_Act

[6] Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/PROTECT_IP_Act

[7] Disponível em: <http://elysee.blog.lemonde.fr/2012/01/24/hadopi-sarkozy-accuse-la-gauche-de-vouloir-reserver-a-la-culture-le-meme-modele-que-la-finance/>. Em notícia do mesmo dia 24/01/2012, o primeiro-ministro da Polônia, Donald Dusk, realizava também um pronunciamento com o mesmo teor: “Não haverá concessão à chantagem brutal [dos manifestantes contra o acordo antipirataria]” (ver em: <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI5575829-EI12884,00-ACTA+poloneses+vao+as+ruas+protesta+contra+acordo+antipirataria.html>).

[8] A partir de Simondon, o filósofo Bernard STIEGLER (2009) explica que o conceito remete às construções e passagens do “eu” para o “nós”, isto é, remete às individualizações psíquicas e coletivas. Elas se encontram sempre em meta-estabilidades e inescapavelmente se realizam por meio dos *milieu* tecnológicos de cada época.

[9] <http://machines.pomona.edu/190-2006/node/542/index.html>

[10] Sarkozy, na mesma declaração citada, acusava aqueles que têm medo de “contrariar os jovens” e reduzia a questão do compartilhamento digital grupos de mafiosos e oportunistas.

[11] Contemos um pouco de paleo-história. A individualização e concretização deste objeto técnico tiveram uma das histórias mais fascinantes, em seus primórdios. Ele teve origem a partir do aparecimento dos teares de Jacquard - tecnologia do cartão perfurado -, durante a Revolução Industrial na Inglaterra; avançou tempos depois para o caráter de uma máquina - tecnologia de válvulas e transistores - que se chamou Eniac (e outros nomes que competiam), durante a fase de descoberta da cibernética e em meio a sua função militar de cálculo das bombas que caíam na Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra Fria, transforma-se em um veículo que coaduna constantemente os espaços urbano e militar. A especificidade do digital e a infinidade de artefatos gerados a partir de então vieram a transformar para sempre o modo como construímos e lidamos com o conhecimento e informação.

[12] Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/ARPANET>.

[13] É uma fração enorme, na ordem de 2,2 bilhões, a partir de 2013 (segundo pesquisa da Forrester Research - http://news.cnet.com/8301-1023_3-10291796-93.html) - e que atinge, de uma maneira direta ou indireta, a outra fração enorme dos não-conectados.

[14] Que não se confunda hoje estas relações entre homens e tecnologia com as ideias de determinismo tecnológico, de “dominantes” e “dominados”, correntes no século XX. Veremos mais a frente com escapar de tal entendimento.

[15] Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/internet/2012/01/24/brasil-e-o-segundo-pais-que-mais-acessa-o-megaupload/>

[16] Desde o início do século XVI, com a emergência de um mercado de consumo e de tecnologias de impressão, houve um estímulo para que se definisse a propriedade intelectual na figura de um indivíduo, proibindo a aberta cultura do plágio e das impressões não oficializadas. Nesta regulamentação, o privilégio e os lucros econômicos do controle das obras foram assegurados para os livreiros e não aos autores. A dimensão política, que relacionou o Estado e os livreiros, garantia também um ganho por parte dos Estados, por meio de royalties, impostos etc. (ABRÃO, 2002; BURKER e BRIGGS, 2002).

[17] <http://www.slate.fr/story/4411/hadopi-attali-internet-parlement-gouvernement-dix-propositions>

[18] <http://fr.readwriteweb.com/2009/01/20/a-la-une/rapport-gouvernement-hollandais-conclu-impact-positif-p2p-economie/>. Ainda, dois autores francófonos merecem neste sentido menções aqui: Juan BRANCO, em “Réponses a Hadopi: suivi d’un entretien avec Jean-Luc Godard” (2011) e outro de Jean-Louis SAGOT-DUVAUROUX, “De la gratuité” (2006). Godard, por sinal, já havia corajosamente afirmado sua posição, em entrevista de 2010: “Eu sou contra a Hadopi, é claro. Não existe propriedade intelectual. Sou contra a herança (das obras), por exemplo. Os filhos de um artista deveriam se beneficiar dos trabalhos do pai até, digamos, que atinjam a maioridade. Depois disso não é claro para mim porque os filhos de Ravel devem receber qualquer renda pelo Bolero” (<http://www.noticiasribrasil.com.br/?p=8049>).

[19] <http://www.mobilizacultura.org/2011/05/13/107/>. MIGLIORIN (2011), pensando o “cinema pó-industrial”, nota a pertinência do problema: “O que acontece hoje é que essa multidão que é consumidora e produtora, dispersa e incontrolável, não pode e não deve ter a indústria como norte. Ou seja, o que ela produz e consome ganha valor na circulação e no acesso abundante em um ambiente em que os meios técnicos, criativos e de acesso estão disponíveis. Sem uma política de estado, ela pode diminuir, mas não é destrutível, como o cinema foi um dia. Sem uma política de estado, alguns serão levados à indústria e funcionalizados, como se uma outra presença social do cinema não fosse possível”.

[20] Ver o livro de Jeremy Rifkin, “A era do acesso” (São Paulo: MakronBooks, 2001).

[21] A gramatização digital ocorre a partir do processo discretização, isto é, a partir de instrumentos (exemplo importante, o alfabeto) que permitem a codificação, a espacialização e a temporalização dos gestos dos indivíduos e sociedades. Os instrumentos digitais, por suas dinâmicas e alcance próprios, deram nova dimensão ao processo de discretização.

[22] Neguentropia e entropia são termos que aparecem com o desenvolvimento da ciência termodinâmica, no século XX. Tradicionalmente, designa as variações de trânsito de energia ou informação físico-química. Gilbert Simondon explorou uma nova forma de pensar o indivíduo e a sociedade por meio do entendimento da entropia/neguentropia técnica, psíquica e coletiva, procurando explicar as diferentes formas de equilíbrio/desequilíbrio nas operações que modulam a vida. O termo ganhou portanto um valor para explicar as operações psíquico-social, que ora permitem diferenciações (neguentropia) e; outrora, provocam engessamentos (entropia).

[23] De certa forma, é um processo que demarca uma dessublimação repressiva (tal como classicamente havia conceituado Herbert Marcuse, mas agora a partir da gramatização digital). A ‘liberação’ que a individuação psíquica recebe permanece acoplada aos

controles neuropolíticos dos desejos e necessidades, que ajustam a consciência dos indivíduos em um plano de não-autonomia.

[24] Otium (e negotium) é uma atividade empreendida a partir de um suporte de memória (hypomnemata); *Otium*, ao contrário de *negotium*, designa uma operação gestual com os suportes da memória em que a capacidade de reflexão e cuidado de si tem sentido maior do que apenas ser base para a quantificação e comércio humano.

[25] A todo o momento o capitalismo semântico do site Google está re-organizando seu banco de dados por meio de programas algorítmicos. Os clics e digitações dos usuários são logo transformados em “ouro”, na medida de em que seus programas reverterem para modular os page ranks, trademarks e até da exploração indutória do autocomplete (<http://fkaplan.wordpress.com/2011/09/07/google-et-le-capitalisme-linguistique/>).

[26] “Assim como não pode haver um disco para ser prensado, se não houver o trabalho artístico do cantor, também não pode haver automóvel para ser montado, se não houver o trabalho de projeto, desenho, inclusive marketing, trabalho material signico por excelência, das instâncias de criação da indústria automobilística. E assim como, nas condições da indústria cultural conforme ela se constituiu ao longo do século XX, não haverá realização do valor econômico, acumulação, do trabalho do cantor, se não houver uma indústria fonográfica para reproduzir e distribuir milhares de cópias registradas da sua voz, atingindo um grande público em um amplo espaço, no menor tempo; também de nada adiantaria um belo projeto e desenho de automóvel, se não existisse uma grande fábrica com seus operários, além de todo um sistema de revendas e mais assistência técnica e abastecimento, para fabricá-lo e levá-lo até o universo consumidor” (...) (DANTAS, 2012, p.293).